

## O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO E A ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL: UMA REVISÃO DE PERSPECTIVAS

WORK AS AN EDUCATION PRINCIPLE AND THE ORGANIZATION OF PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION IN BRAZIL: A REVIEW OF PERSPECTIVES

EL TRABAJO COMO PRINCIPIO EDUCATIVO Y LA ORGANIZACIÓN DE EDUCACIÓN PROFESIONAL Y TECNOLÓGICA EN BRASIL: UNA REVISIÓN DE PERSPECTIVAS

Juscelino Gomes Lima<sup>1</sup>

Liliane Pereira da Silva Dias<sup>2</sup>

**RESUMO:** O sistema educacional baseado direcionado pela filosofia de formação omnilateral da educação profissional e tecnológica no Brasil tem alcançando importância tamanha, uma vez que, as transformações no mundo do trabalho e fazer produtivo do séc. XXI, vem impondo conhecimentos e práticas que transcendam o velho esquema produção x reprodução do sistema capitalista passado. Nesse contexto, é objeto deste texto discutir, a partir de diferentes perspectivas teóricas, o trabalho enquanto princípio educativo, destacando para isso, o papel da educação profissional e tecnológica no Brasil. Metodologicamente, é priorizado o uso de pesquisa bibliográfica, na qual cabe destaque de contribuição ao propositado, os pensamentos de Prodanov e Freitas (2013), bem como, Batista e Müller (2020), Castro *et al* (2023), Saviani (2007), entre outros. Com, isso, temos que, apesar dos avanços produtivos e tecnológicos, a partir da realidade brasileira, o sistema educacional ainda proporciona uma educação dualista, em que pese, seja pelo que fora planejado institucionalmente, seja pelos donos dos meios de produção, seja ainda, pelas dificuldades de acesso dos mais vulneráveis sociais ao ensino e oportunidade de trabalho.

2461

**Palavras-chave:** Educação Profissional e Tecnológica. Trabalho. Princípio Educativo.

**ABSTRACT:** The educational system based on the philosophy of omnilateral formation of professional and technological education in Brazil has reached such importance, given that the transformations in the world of work and productive activity in the 21st century. XXI, has been imposing knowledge and practices that transcend the old production x reproduction scheme of the past capitalist system. In this context, the aim of this text is to discuss, from different theoretical perspectives, work as an educational principle, highlighting the role of professional and technological education in Brazil. Methodologically, the use of bibliographical research is prioritized, in which the contributions to the purpose include the thoughts of Prodanov and Freitas (2013), as well as Batista and Müller (2020), Castro et al (2023), Saviani (2007), among others. With this, we have that, despite the productive and technological advances, based on the Brazilian reality, the educational system still provides a dualist education, despite, whether due to what was institutionally planned, or by the owners of the means of production, or even, due to the difficulties in accessing the most socially vulnerable to education and work opportunities.

**Keywords:** Professional and Technological Education. Work. Educational Principle.

<sup>1</sup>Pós-Doutor em Geografia. Doutor em Desenvolvimento Regional. Professor do Programa em Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal de Educação do Piauí - IFPI.

<sup>2</sup>Mestra em Educação Profissional e Tecnológica. Assistente em Administração do Instituto Federal de Educação do Piauí - IFPI, Campus Uruçuí.

**RESUMEN:** El sistema educativo basado en la filosofía de la formación omnilateral de la educación profesional y tecnológica en Brasil ha alcanzado tal importancia, dadas las transformaciones en el mundo del trabajo y de la actividad productiva en el siglo XXI. XXI, ha venido imponiendo conocimientos y prácticas que trascienden el viejo esquema de producción x reproducción del pasado sistema capitalista. En este contexto, el objetivo de este texto es discutir, desde diferentes perspectivas teóricas, el trabajo como principio educativo, destacando el papel de la educación profesional y tecnológica en Brasil. Metodológicamente se prioriza el uso de investigaciones bibliográficas, en las que los aportes al propósito incluyen el pensamiento de Prodanov y Freitas (2013), así como Batista y Müller (2020), Castro et al (2023), Saviani (2007), entre otros. Con esto, tenemos que, a pesar de los avances productivos y tecnológicos, basados en la realidad brasileña, el sistema educativo aún brinda una educación dualista, a pesar de lo planeado institucionalmente, ya sea por los propietarios de los medios de producción, o incluso, debido a las dificultades de acceso de los más vulnerables socialmente a las oportunidades de educación y trabajo.

**Palabras clave:** Educación Profesional y Tecnológica. Trabajar. Principio Educativo.

## INTRODUÇÃO

O Brasil é um país com um passado histórico marcado pela exploração da mão de obra escrava, pela busca da aproximação da elite brasileira a cultura europeia e pela subserviência econômica aos países economicamente desenvolvidos. A partir deste contexto, se tem como resultado uma sociedade altamente dividida em classes, resultando em grandes deficiências no que diz respeito à garantia de direitos individuais, sociais e políticos de determinadas parcelas da sociedade.

2462

Um dos direitos e garantias que deveria ser oferecido aos cidadãos brasileiros de forma igualitária seria o direito à educação. No entanto, inicialmente, esse foi oferecido apenas para uma pequena parcela da população, geralmente para os filhos de ricos imigrantes que se estabeleceram no Brasil. Tal fato, ainda pode ser observado na educação dos dias atuais, não relacionado a imigrantes, mas ainda a pequena minoria que hoje é denominada de classe A.

Posteriormente, o ensino foi oferecido aos colonizados, mas com a finalidade de domínio, passando no decorrer da história, a ser oferecido aos carentes ou classificados como desvalidos da sorte, com fim assistencialista. Chegando aos dias atuais, no qual ainda é muito evidente a oferta de ensino destinado a maioria da população como meio de preparação de operários para o mercado de trabalho.

Essa contextualização é ponto de partida para que apresentemos este texto, cujo objetivo é discutir, a partir de diferentes perspectivas teóricas, o trabalho enquanto princípio educativo, destacando para isso, o papel da educação profissional e tecnológica e dos institutos federais no Brasil.

Metodologicamente, é priorizado o uso de pesquisa bibliográfica, na qual cabe destaque de contribuição ao propositado, os pensamentos de Prodanov e Freitas (2013), bem como, Batista e Müller (2020), Castro et al (2023), Saviani (2007), entre outros.

Com, isso, temos que, apesar dos avanços produtivos e tecnológicos, a partir da realidade brasileira, o sistema educacional ainda proporciona uma educação dualista, em que pese, seja pelo que fora planejado institucionalmente, seja pelos donos dos meios de produção, seja ainda, pelas dificuldades de acesso dos mais vulneráveis sociais ao ensino e oportunidade de trabalho.

## O TRABALHO COMO FINALIDADE EDUCATIVA PARA A CONSTITUIÇÃO DO HOMEM EM SOCIEDADE

O que diferencia o homem dos outros animais é a faculdade do raciocínio. É poder se apropriar de determinado conhecimento podendo se decidir entre o mero repetir ou transformá-lo a sua maneira. Mas se todos os homens, que nascem biologicamente saudáveis, são considerados como seres dotados intelectualmente dessa racionalidade, surge o questionamento de por que na sociedade humana, há um consenso no qual se acredita que uns são considerados mais capazes e dotados do direito de determinar o lugar em sociedade que os outros indivíduos devem ocupar.

2463

Compreender essa divisão ou classificação e não apenas aceitá-la como natural é algo necessário para a formação humana e educacional de cada indivíduo. A partir desse pressuposto, entende-se importante apresentar as origens da divisão social, entre os homens, associando-a ao contexto histórico do trabalho como uma atividade educacional. Esta atividade que pode significar uma mera ação repetitiva desassociada de qualquer fundamento ou uma atividade carregada de significação histórica e formativa da identidade humana.

Conforme Saviani D (2007), o que diferencia os homens dos animais é a capacidade que o homem possui de modificar o ambiente no qual ele habita, transformando-o em algo mais proveitoso para as suas necessidades. Enquanto que os animais apenas se ajustam ao que a natureza lhes oferece. Ainda segundo o autor, essa capacidade do homem de ajustar-se ao ambiente transformando-o, construindo-o conforme seus objetivos, denomina-se trabalho.

O trabalho além de poder diferenciar os seres racionais dos considerados irracionais também se constitui como processo educativo. Ao buscar se produzir uma atividade intencional de transformação de um determinado espaço, na qual há uma sistematização do conhecimento

no ato de repassar e de se adquirir a técnica de uma atividade, há um processo educacional. Ou seja, "a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem" (SAVIANI D, 2007, p. 154).

A partir desse entendimento pode-se dizer que o trabalho se constitui como atividade essencial na diferenciação entre os homens e os outros animais e de formação educacional. Saviani D (2007) cita que inicialmente nas sociedades humanas "os homens apropriavam-se coletivamente dos meios de produção da existência e nesse processo educavam-se e educavam as novas gerações" (SAVIANI D, 2007, p. 154). Conforme o autor, todo o conhecimento adquirido assim como os seus benefícios eram usufruídos de forma coletiva pela comunidade.

Nesse sentido, o trabalho não é posto como uma ferramenta de condicionamento social. O trabalho dessa forma é algo inerente ao homem, é condição de formação em todos os sentidos e de perpetuação da espécie humana. Ao dominar uma determinada técnica podendo até mesmo reeditá-la para seu proveito, o homem deixa a condição de ser irracional. "O trabalho se apresenta como meio da autocriação do ser humano como ser humano" (ESCURRA MF, 2016, p.14).

Portanto, o trabalho é ferramenta edificadora do homem como integrante importante de uma sociedade junto aos seus, assim como, constituinte do seu ser essencial de existência. É desse entendimento que conforme, Escurra MF (2016), Marx vai denominar o trabalho em seu sentido ontológico. No entanto, ao longo da História, pode-se observar que também houve uma divisão social entre os homens ocasionada a partir das significações dada ao trabalho pelas diferentes sociedades.

2464

À medida que as civilizações foram evoluindo passou-se a utilizar do trabalho, juntamente com ideários formativos de educação, como forma de condicionamento social e mecanismo de dominação. Passou-se a classificar os diferentes segmentos sociais que viriam a surgir de acordo com o tipo de trabalho que cada classe social executasse. Ocorrendo o mesmo com a educação. Havendo dessa forma uma educação destinada a formação do trabalhador como executor e outra àqueles que ditariam os moldes da execução.

Surgindo dessa forma a conhecida divisão educacional em educação profissional e educação propedêutica, ou seja, uma educação destinada a formação do trabalhador como executor e outra àqueles que ditariam os moldes da execução. Acredita-se que é a partir do conhecimento dessas significações do trabalho e de como elas foram incrustadas nas ideologias

de formação educacional, é que se poderá compreender o processo de dualismo educacional e social existentes.

Devido a limitação de não se poder ilustrar toda a história em um único estudo, será adotado como objeto de exemplificação, a organização educacional da EPT no Brasil que será iniciado com um breve relato sobre o histórico da educação profissional, a partir da origem da rede federal de ensino que se desenvolveu transformando-se nas instituições conhecidas como os IFs atualmente. Seguindo-se com a demonstração sobre a sistematização e organização desta modalidade educacional nesse país.

Privilegia-se essa modalidade em virtude de que a mesma tem como objeto de estudo o trabalho como formação humana. Acredita-se que através do conhecimento sobre o histórico, a sistematização e a organização da EPT brasileira pode-se compreender o processo de manobra de uma sociedade por meio da educação.

Privilegia-se essa modalidade em virtude de que a mesma tem como objeto de estudo o trabalho como formação humana. Acredita-se que através do conhecimento sobre o histórico, a sistematização e a organização da EPT brasileira pode-se compreender o processo de manobra de uma sociedade por meio da educação.

2465

## ORGANIZAÇÃO DA EPT NO BRASIL: ENTRE PROCESSOS, TENDÊNCIAS E DESAFIOS

Para que não haja repetição de erros é preciso se conhecer o passado. Proporcionar conhecimento sobre a História e o reavivamento das memórias de um povo é garantir às gerações futuras um andar com maior sabedoria. Acredita-se que é a partir da compreensão de como se deu o processo de implantação cultural e organização social, que uma sociedade poderá superar problemas e preservar garantias e direitos conquistados.

É a partir deste olhar que se entende que falar um pouco da História da educação profissional e tecnológica ainda é fundamental para se atingir a desejada e necessária formação humana integral<sup>3</sup>. Somente conhecendo e divulgando os mecanismos e objetivos históricos da criação e implantação desta modalidade é que se terá pontos de partida para a superação da dualidade estrutural entre educação propedêutica e profissional.

<sup>3</sup>Formação que busca garantir o desenvolvimento humano em todas as suas dimensões: intelectual, física, afetiva, social e cultural.

Desde a civilização egípcia antiga, conforme Manacorda MA (1992), já se têm dados de uma educação distinta entre classes. Divisão esta que se não era em função da classe assemelhada ao capitalismo, nos dias atuais, ao menos seria em função das atividades desempenhadas por cada grupo de integrantes da sociedade, como uma educação para os soldados e uma educação para os sacerdotes, por exemplo.

Essa realidade pode ser percebida partir da perspectiva que "temos, porém, provas do processo de inculturação reservado às classes dominantes: isto é, a escola de formação para a vida política, ou melhor, para o exercício do poder" (MANACORDA MA, 1992, p.10). A do autor é observado a existência de um processo de limitação de alguns saberes apenas para aqueles que desempenhariam alguma função de poder dentro da sociedade, saber que era repassado e reservado as castas dominantes e a seus descendentes.

Após essa breve introdução sobre o contexto educacional ainda na antiga civilização egípcia, será abordado, nesta seção, o processo educacional dentro da realidade brasileira. Iniciado através da expansão das nacionalidades europeias, temos a inserção do Brasil no contexto da História mundial, que conforme os registros históricos, considerados oficiais, foi descoberto em 22 de abril de 1500, e a partir de então, colonizado por Portugal.

De acordo com (Castro; Medeiros; Plácido, 2023) no Brasil colônia (1500 a 1808), foram implantados pelos portugueses, três modelos educacionais. Iniciou-se com o sistema educacional jesuítico, no qual, a educação era destinada principalmente a catequização indígena, formação de novos sacerdotes e dirigentes na colônia. Esse sistema tinha como objetivo a imposição cultural aos nativos estabelecendo a "relação de dependência e dominação" (CASTRO C, PLÁCIDO R, MEDEIROS I, 2023, p.519).

2466

Posteriormente, houve a expulsão dos jesuítas e com isso a implantação das reformas educacionais pelo marquês de pombal, que conforme Saviani (2007), eram inspiradas em ideais iluministas e "tinham como objetivo criar a escola útil aos fins do Estado em substituição àquela que servia aos interesses eclesiásticos" (SAVIANI D, 2007, p.107).

O último modelo educacional do período seria implantado em consequência da vinda da família real para o Brasil. Durante esse período não houve a sistematização da educação profissional em território brasileiro. No entanto, com o estabelecimento da família real, iniciasse o processo de qualificação daqueles que passariam a prestar-lhes serviços, e com isso, o movimento inicial do que viria ser a educação profissional.

O motivo seria que "com estadia por tempo indeterminado no Brasil, Dom João VI tratou de assegurar formação profissional, com o intuito de garantir mão de obra qualificada que atendesse à família real e ao seu séquito" (CASTRO C, PLÁCIDO R, MEDEIROS I, 2023, p. 521). Graças a essa necessidade, foram abertas instituições educacionais na colônia como o Colégio das Fábricas, instituição subordinada ao Estado e que seria o início das instituições de formação técnica profissional no Brasil.

Percebe-se que através da chegada dos portugueses no Brasil, inicia-se o processo que estabelece a institucionalização da educação que resultou no sistema educacional atual. Desde o início se têm registros da diferenciação entre a educação destinada aos povos naturais das terras brasileiras e a ofertada aos descendentes dos colonos portugueses. Conforme a seguinte citação, percebe-se a intencionalidade dos jesuítas em relação a educação indígena e a de seus compatriotas.

A educação dada aos curumins restringia-se à catequese continuada e ao aprendizado do ler e escrever, ou, como se chamava antigamente, às escolas do “bê-á-bá”. As primeiras letras eram necessárias até o ponto em que seu aprendizado contribuísse para a própria catequese continuada. Paralelamente à educação do gentio pela catequese, os jesuítas desenvolveram a educação formal, escolar, no Brasil Colônia, destinada principalmente aos filhos dos portugueses e aos futuros membros da própria Companhia de Jesus (COSTA CJ, MENEZES SL, 2009, p. 37).

2467

De acordo ainda com Costa CJ e Menezes SL (2009), na administração educacional dos jesuítas já havia dois tipos de educação. E essa divisão não era justificada com base no preceito de que os diferentes devem ser tratados como diferentes, mas no intuito da formação que se queria para o nativo, o de conquista e submissão. E a formação dos saberes exclusivos para os ricos e futuros dirigentes da colônia.

A educação dos indígenas, portanto, resumia-se a catequização e o aprendizado de ofícios, conforme as necessidades das atividades econômicas da colônia. Processo educacional que também ocorreu com a mão de obra escravizada dos negros. A partir das necessidades econômicas da colônia iam sendo formados serralheiros, carpinteiros, pedreiros, pintores, ferreiros. Sendo que a maioria destes trabalhadores desproviam da liberdade.

Conforme Nascimento JM e Santos RMB (2022), o preconceito relativo a algumas profissões como de sapateiro, carpinteiro, empregados domésticos, por exemplo, é devido esses

ofícios, na época colonial, serem desenvolvidos pelos indígenas e principalmente pelos negros escravizados.

Nesse sentido, a associação entre o aprendizado e o desenvolvimento dos ofícios manuais restringir-se principalmente a esses povos resultou também na aversão que a sociedade ainda possui em relação a educação profissional. E embora, na época do Brasil colônia, já existissem os resquícios do ensino de ofícios, esse ainda não era sistematizado.

A sistematização ocorre a partir da criação do Colégio das Fábricas que se inicia o processo educacional sistematizado voltado para a formação profissional. Essa instituição inicialmente teria como alunos, crianças órfãs do sexo masculino. O objetivo era dar uma formação inicial aos alunos nas "áreas de tecelagem, serralharia e carpintaria - e duas aulas obrigatórias – desenho e música" (BATISTA EL; MÜLLER MT, 2021, p. 56).

Instituições de caráter assistencialista, voltada a atender um público de órfãos, com pouco investimento do Estado, logo teve suas atividades encerradas. Conforme Batista EL e Müller MT (2021), foi entre o fim do período colonial e a elevação da colônia brasileira a Reino Unido, que houve mudanças relativas ao ensino.

Essas mudanças foram derivadas das necessidades da corte real portuguesa, que com sua vinda e estadia por tempo indeterminado no Brasil, ocasionou a abertura de cursos superiores e profissionais que envolviam conhecimentos nas áreas de saúde, bélica, fabricação de móveis e vestuário dentre outras.

2468

Após esse período temos a proclamação da independência do Brasil em 1822 e o estabelecimento do período imperial. No entanto, em relação ao ensino profissional, houve poucas mudanças.

Batista EL e Müller MT (2021) fazendo uma comparação entre o ensino profissional no Brasil colônia e como este ficou após a independência do Brasil, afirmam que esta modalidade de ensino ficou praticamente restrita a negros e índios. Foi marca maior daquele período, em termos de representação de trabalho, o registro das profissões manuais serem típicas das classes sociais menos favorecidas.

Nesse contexto, os autores apontam que “a representação social dos trabalhos manuais, já comprometida, ficaria ainda pior, pois a letra da lei distinguiria os indivíduos que deveriam atender aos cursos específicos para formação profissional: os escravos e os indígenas (BATISTA EL; MÜLLER MT, 2021, p. 57).

Essa justificativa para a segregação da educação profissional àquele público era baseada no assistencialismo e necessidade da mão de obra para os fins econômicos do país. Devido o Brasil ainda depender bastante da mão de obra escrava, e com os movimentos abolicionistas, o número de brasileiros pobres, negros e índios aumentavam consideravelmente.

Portanto, era uma maneira de manter essas pessoas ocupadas em ofícios que a burguesia não exerceria e uma forma do Estado dar alguma resposta ao problema da massa popular de desocupados dentro das cidades. Posteriormente, à época do império, se teria o início da república, e com esta, ocorre a criação da rede federal de escolas de ensino profissional.

A cada período da república brasileira, associado ao governo da época, é dada uma finalidade à educação profissional. Com isso, foi possível observar um processo de sistematização oficial da educação profissional no Brasil que ocorre no início do século XX, de maneira que, em cada período da evolução histórica da EPT no Brasil, foi assistido a mudanças em nomenclaturas das instituições escolares. Tal fato veio revelar que a função educacional é orientada pelos governos, a partir das particularidades e condições históricas exigidas.

Consoante essa situação, é fato que nenhum sistema educacional é isento de interesses governamentais. O mesmo ocorreu com a educação profissional. Possivelmente, um dos maiores desafios enfrentados pela educação profissional é que esta não foi ao longo da história planejada com base nos princípios da omnilateralidade, mas tendenciosa a partir da manipulação sofrida para atender aos interesses de um determinado grupo.

Tal condição, é importante destacar, sobretudo, quando da existência dos conjuntos institucionais federais, em períodos distintos de sua existência, atenderam a diferentes orientações de governos, “que possuíam em comum, uma concepção de formação centrada nas demandas do mercado, com a hegemonia daquelas ditadas pelo desenvolvimento industrial, assumindo, assim, um caráter pragmático e circunstancial para a educação profissional” (PACHECO, p.17, 2010)

Em outras palavras, para Gouveia FPS (2016, p. 7) estes seriam os chamados “mecanismos de exceção servem para que se impeça que os explorados da classe trabalhadora não possam ter acesso ao que é seu por direito e de forma igualitária”. Claramente essa é uma tendência e um dos desafios a enfrentar por aqueles que necessitam e anseiam por uma educação profissional de qualidade.

Nisso, o Estado diz cumprir o seu papel de prestar educação de forma gratuita a todos, mas a manipula através das leis, currículos, falta de investimentos usando-a para atender as

necessidades do próprio Estado. Nesse sentido, não há poder de escolha para a classe trabalhadora, esta apenas vai se amoldando aquilo que lhe é oferecido.

Dessa forma, a partir destes fatos, não é exagero, a partir de uma visão crítica enxergar que a trajetória e representatividade social da educação profissional como de menor valor em relação à propedéutica, visto que, inicialmente, e por muito tempo, foi direcionada para formação em ofícios considerados de baixo intelecto e de formação exclusiva para pessoas carentes.

No entanto, embora direcionada de início a essa vertente, a EPT representa uma grande oportunidade de acesso escolar aos filhos dos pobres. O que a caracteriza como de suma importância na formação da classe trabalhadora. A título de exemplificação, se tem a oferta da EPT nos Institutos Federais.

Essas instituições têm como finalidade a oferta em educação profissional, ancorada na omnilateralidade. Formação do homem em sentido completo. Na sequência será apresentada a representatividade dos IFs para a educação da classe trabalhadora no Brasil sob uma perspectiva das autoras Fonte DSS (2018) e Ramos (2014).

## A EPT COMO PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO OMNILATERAL ATRAVÉS DOS INSTITUTOS FEDERAIS

2470

De acordo com Ramos MN (2014), a educação profissional possui o importante papel de ressignificar a educação brasileira. Isso tem se tornado mais evidente a partir da sua maior disseminação por meio dos Institutos Federais. Instituições que são frutos da constante luta daqueles que veem na politecnia um meio de se diminuir as desigualdades sociais existentes neste país.

Conforme a autora, desde os primeiros movimentos educacionais no Brasil, existe uma disputa de poderes. Isso influenciou e influencia diretamente a sistematização da educação brasileira. Ramos MN (2014) indica, que inicialmente, este movimento dividiu-se em relação ao desenvolvimento econômico que se alternaria, conforme interesses governamentais, em autônomo ou dependente.

O sistema público da educação brasileira, sempre foi utilizado como meio de manobra. Ou seja, o ensino é oferecido com o intuito de se atender objetivos desejados pelo governo e elite. Esse processo se torna mais evidente quando se analisa o desenvolvimento da educação profissional no Brasil.

Iniciado com objetivos de assistencialismo foi planejado para atender necessidades de formação barata de mão de obra e retirar do meio social aqueles que eram indesejáveis aos olhos da burguesia, conforme Ramos M N(2014). Posteriormente, com o advento da revolução industrial, houve o direcionamento da educação profissional para atender a esse segmento.

Movimento bastante marcado no período que abrange os governos JK e militar. A partir destas gestões, pode-se observar a formação profissional voltada a atender a política de dependência do capital estrangeiro e política de economia nacionalista. Surgindo desse contexto o embate entre os governantes e os defensores da educação política.

A História da educação profissional brasileira, é permeada por um contínuo movimento em que são apresentadas legislações e reformas educacionais que permitem enfraquecer o ensino profissional. Por outro lado, existem as proposições de projetos que favorecem esta modalidade apresentados pelo segmento progressista educacional. Desta forma, evidencia-se o cenário de constante disputa em torno da educação travada entre os segmentos que buscam se manter no poder através da exploração e daqueles que buscam transpor esta realidade.

A partir dos anos 90, houve uma reformulação do ensino profissional, consequência da abertura das gestões governamentais da época, ao financiamento internacional. Conforme Ramos MN (2014), obedecendo-se aos ditames das instituições internacionais, e com intuito de alinhar-se a economia brasileira, ao sistema liberal econômico, houve a implementação da política de diminuição do estado.

2471

Com este processo houve a fragilização de relações de trabalho, assim como, a diminuição de investimentos na educação profissional de nível médio, preferindo-se priorizar recursos para a formação profissional aligeirada. Pois com menor intervenção estatal o setor privado obteve maior liberdade de interferência econômica e no segmento educacional que ficaria a cargo de seu interesse.

A educação profissional foi reduzida apenas a formação de se está apto a exercer uma função no mercado de trabalho. Ainda de acordo com Ramos MN (2014), nesta condição, esta modalidade terminou por ocupar um lugar de inferioridade em relação à educação propedêutica. Situação ainda mais agravada com a aprovação do decreto 2.208/97.

Percebe-se que na política liberal implementada pelos governos dos anos 90 no Brasil, houve maior preocupação em atender às exigências de agentes internacionais do que com a realidade do sistema de ensino brasileiro. E como sempre, o ensino profissional foi ferramenta de manobra para se atingir tais objetivos. Pois através deste, o país fornece mão de obra barata

às grandes empresas pertencentes a economia estrangeira que dão migalhas de investimento ao estado brasileiro.

Observou-se que neste período político, houve bastantes implementações legais no sentido de se adequar a formação educacional do povo brasileiro, mas na maioria destas medidas, não houve a busca pela superação da realidade de desigualdade. Apenas, um esforço para se programar a grande maioria do povo aos ditames de um pequeno grupo social.

Em meio ao embate entre governo e segmentos da sociedade defensores de uma educação igualitária, houve também vitórias de acordo com Ramos MN (2014). Algumas encontradas na Lei 9394/96 que reservou um pequeno trecho que contempla a educação profissional dentre outras medidas em relação à educação considerada básica.

Com a chegada dos anos 2000 há uma ruptura na eleição presidencial em relação ao perfil do candidato eleito como representante da nação. É eleito um candidato de perfil mais alinhado à classe trabalhadora. A partir deste marco, são esperadas mudanças e correções em relação à educação brasileira. Especialmente em relação à educação profissional.

Embora, na época, estivesse na presidência Lula da Silva, um candidato considerado do povo, Ramos MN (2014) adverte que não houve uma mudança radical entre o governo da época e o anterior em relação à educação profissional. De início, buscou-se a articulação entre diferentes ramos da sociedade para que se debatessem através da produção de textos legais e aprovação de projetos a melhoria da educação profissional.

2472

Outra conquista importante, elencada pela autora, foi a revogação do decreto 2.208/97 pelo decreto 5.154/2004. Diante destes movimentos, acreditou-se está em um momento em que a educação profissional teria o reconhecimento e a valorização do seu importante papel na educação brasileira.

Ramos MN (2014), sinaliza que houve alguns retrocessos da educação profissional ofertada na gestão de Lula com o estabelecimento de programas semelhantes aos das gestões anteriores. Mas também houve significativas contribuições para se caminhar rumo a valorização da educação profissional. Como o programa PROEJA que possibilita o acesso ao ensino regular e a educação profissional para pessoas que não puderam frequentar a escola na idade certa, por exemplo.

É nesta gestão que também é instituída a rede de IFs através da lei 11.892/98. Instituições que tem como objetivos e finalidades ofertar educação profissional integrada ao ensino regular e que deverá seguir os fundamentos da politecnica. Para Fonte SSD (2018), embora os IFs não

estejam imunes aos meneios políticos governamentais, são eles que atualmente, apresentam oportunidades de educação integral à classe trabalhadora.

Para ela, ao formar cidadãos integralizando-se o trabalho como um princípio educativo, estas instituições oferecem ao trabalhador a chance de compreensão do seu papel enquanto integrante da sociedade capitalista. Portanto, os IFs, conforme a autora, podem ser considerados como agentes de luta e transformação na educação brasileira.

Conforme Fonte SSD (2018), o trabalho poderá formar ou deformar. Em relação ao entendimento da educação profissional, quando esta modalidade é ofertada apenas de modo a capacitar sem que o homem comprehenda o mundo a sua volta, formando-o apenas com o objetivo de saciar necessidades imediatas, ele pode ser considerado como não formativo. Neste sentido, não se tem o trabalho como princípio educativo.

A modo de ilustração, se têm as formações amplamente divulgadas nas mídias sociais. Nas quais enfatiza-se a rapidez em adquirir determinadas aptidões que permitem a inserção imediata de indivíduos no mercado de trabalho. Daí a importância de se lutar e defender pela manutenção e investimento nos IFs que buscam disponibilizar formações que promovem a capacitação, mas de maneira integral. Formação profissional e intelectual.

Concluindo-se, com base no que defende as autoras Ramos MN (2014) e Fonte SSD (2018), os IFs podem ser entendidos como a brecha dada pelo capitalismo que foi apontada por Marx na busca pela educação integral. Embora, estas instituições ainda não sejam a concretização total do ideal da educação omnilateral, podem ser consideradas como conquistas para educadores e para a classe trabalhadora. É oportunidade de se ofertar educação integral, pública e de qualidade.

2473

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das narrativas constituídas, cujo foco de análise é o contexto brasileiro, entendemos que o sistema educacional ainda proporciona uma educação dualista. Situação esta mais agravada por ocorrer principalmente na educação básica, ou seja, a educação básica igualitária ainda não é um direito garantido a todos. O que há é um ensino voltado a atender aos objetivos de uma classe, a rica,

No entanto, diante da realidade de um sistema tão desigual, e de algumas possibilidades de melhorias, indica-se neste estudo, mediante os apontamentos dos estudiosos citados nesta pesquisa, que a educação profissional tecnológica integrada ao ensino médio é um dos caminhos

que poderá amenizar essa situação das classes menos favorecidas no contexto educacional brasileiro.

Entende-se que essa não seria a solução para todos os problemas encontrados na educação brasileira, e nem é esse objetivo deste trabalho, mas acredita-se que essa poderá ser mais uma das alternativas utilizadas no combate ao ensino diferenciado, em que o critério para se ter acesso a um ensino de qualidade ou não, é a classe que ocupa o indivíduo na sociedade.

Para tanto, essa integração deverá ocorrer a partir da observação do trabalho como princípio educativo, da relação entre o trabalho e a educação, da reflexão de como se poderá aproveitar o aprendizado através do trabalho na melhoria do ensino e observando-se os preceitos das bases conceituais da EPT.

Acredita-se que isso poderá ocorrer por meio da continuidade e manutenção dos IFs e de mais investimentos para criação de instituições semelhantes nas redes estaduais e municipais. É por meio dessa integração é que se poderá haver, não apenas, a perspectiva, mas a concretização da educação integral.

## REFERÊNCIAS

- BATISTA EL, MÜLLER MT. Percurso histórico do ensino profissional no Brasil. *Revista Espaço Acadêmico*, p. 52-69, 2021. 2474
- CASTRO C, PLÁCIDO R, MEDEIROS I. Educação Tecnológica no Brasil: a geopolítica e a geografia política do processo histórico. *Metodologias e Aprendizado*, p. 516-533, 2023.
- COSTA CJ, MENEZES SL. A educação no Brasil colonial (1549-1759). in NEVES FM, RODRIGUES ERER. *Fundamentos históricos da educação no Brasil*. Maringá: Eduem, 2009, p. 31-44.
- ESCURRA MF. O trabalho como categoria fundante do ser social e a crítica à sua centralidade sob o capital. *Verinotio—Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, p. 12-28, 2016.
- FONTE, DSS. Formação no e para o trabalho. *Educação Profissional Tecnológica em Revista*, v. 2, nº 2, p. 6-19, 2018.
- GOUVEIA FPS. A expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no território brasileiro: entre o local e o nacional. *Revista brasileira de geografia econômica*, p. 1-17, 2016.
- MANACORDA MA. *História da educação:da antiguidade aos nossos dias*. São Paulo: Cortez, 1992.
- PRODANOV CL, FREITAS EC. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 276 p.
- RAMOS MN. *História e política da educação profissional*. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. 121p.



SANTOS RMB, NASCIMENTO JM. História e Políticas da Educação Profissional no Brasil. Instituto Federal Rio Grande do Norte: IFRN, 2022. 165 p.

SAVIANI D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, p. 152-165, 2007.